

Marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília pela ótica da erradicação de favelas

Tony Marcelo Gomes de Oliveira¹

Resumo

Marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília pela ótica da erradicação de favelas objetiva contribuir para a compreensão da dinâmica urbana e territorial da capital Federal. Neste trabalho, são identificados marcas, rastros e sinais na história da cidade através do recorte espacial definido como Vila IAPI. Possibilita perceber nela, embates entre o planejamento racionalista/funcionalista – fruto do advento da modernidade – e as práticas sociais do cotidiano. Assim, o trabalho proposto se apresenta com o intuito de contribuir, por meio do resgate de um importante fato histórico de Brasília, para melhor compreensão do processo de formação do espaço urbano da capital do país.

Palavras-chave: Planejamento racionalista. Práticas sociais cotidianas. Modernidade.

1 A concepção da expansão urbana da cidade

[...] e a cidade ia tomando a forma que o olhar revelava.

Clarisse Lispector

Reconhecida em todo o mundo como exercício do urbanismo modernista, Brasília, com seus edifícios em linha reta, seu traçado racionalista, pela inovação da superquadra e por sua distribuição setorial fez a cidade se apresentar ao mundo como cidade-projeto, idealizada na mente de seu criador e materializada no Cerrado brasileiro. Todavia, Brasília é, acima de tudo, uma cidade para uso das pessoas comuns que nela trabalham, circulam, habitam e se confrontam, sendo então produto direto da ação humana e representante da história de seu tempo.

¹ Mestre em Geografia e professor do Centro Universitário de Brasília/DF.

A concepção original da cidade não considerou as possibilidades de sua expansão urbana e regional. No próprio edital do concurso para escolha do Plano Piloto não continha setas indicadoras para o desenvolvimento de uma aglomeração urbana. Paradoxalmente, sabe-se que Brasília teria a função de incentivar e direcionar o crescimento do interior do Brasil, a fim de desaglomerar o sudeste do país, inexistindo nela mesma o setor de atividade secundário.

A proposta de número 22 foi vencedora do edital para o Plano Piloto de Brasília. De autoria do urbanista Lúcio Costa, a proposta foi identificada como a de melhor aceitação e compreensão. Apesar da qualidade do projeto, segundo Guedes, “perdeu-se a chance de trabalhar conceitos compatíveis em termos de estrutura urbana, sociedade e história. Faltou a compreensão de que Brasília estava predestinada a ser uma grande metrópole” (GUEDES, 1985, p. 68).

É possível pensar que Lúcio Costa não aceitou a vocação metropolitana de Brasília em sua concepção, pois a fundamentou sem considerar a nova sociedade que se produzia, já naquela época, e seus fluxos. Uma sociedade que impunha novas condições às cidades como crescimento acelerado, fluxos populacionais, motivada pelo êxodo rural, a inserção das mulheres no mercado de trabalho, dentre outros fatores que contribuíam para a dinamização da vida urbana brasileira, muito perceptível já na década de cinquenta. Modificações profundas na vida social não só em escala local, mas planetária que, entre outras coisas, suscitavam a indispensável investigação de novas abordagens e relações sobre o ambiente urbano. Hobsbawm ilustra essa nova dinâmica como:

A mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato [...] Quando o campo se esvazia, as cidades se enchem. O mundo tornou-se urbanizado como jamais fora, as pessoas se mudaram dos campos para as cidades e, sobretudo, para a cidade grande [...]. (HOBSBAWM, 2001, p. 284).

Hobsbawm acrescenta ainda sobre a necessidade de um tipo novo de arquitetura e urbanismo, em que a cidade grande se apresentaria como “uma região de assentamentos conectados, em geral concentrados numa área ou áreas centrais de comércio reconhecíveis do ar como uma espécie de cadeias de montanhas de prédios altos e arranha-céus” (HOBSBAWM, 2001, p. 84).

Mesmo carente de informações sociais para a construção da cidade, o traçado urbano de Lúcio Costa foi-se acomodando rapidamente no espaço delimitado para Brasília e a decisão sobre a expansão da cidade haveria de ser tomada mais adiante já em fase de construção, pois em seu relatório original, Lúcio Costa não aborda nenhuma definição sobre o modelo de expansão urbana adotado. Apenas relata que:

A liberação do acesso ao concurso reduziu de certo modo a consulta àquilo que de fato importa, ou seja, à concepção urbanística da cidade propriamente dita, porque esta não será, no caso, uma decorrência do planejamento regional, mas causa dele: a sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região. (COSTA, 1991, p. 20).

A análise dos fatos nos leva a crer que a previsão para a criação de cidades satélites, que abrigariam a população excedente e que só deveriam ser construídas depois que o Plano Piloto estivesse efetivamente ocupado e findo, modificava a ordem do planejador. Assim como a vinda maciça de pessoas fugitivas de duras realidades no campo e carregados de esperança de um melhor futuro na nova capital contribuiu para a dinâmica espacial marcada pelo rápido crescimento demográfico. Segundo Lúcio Costa:

Essa massa sofrida do nosso povo, que constitui o baldrame da nação [...] para cá afluíu, a fim de realizar a obra em tempo exíguo, com sacrifícios tremendos e grande idealismo [...] Esse lastro, essa população que afluí e aqui está, não quis voltar, espariou-se e forçou essa inversão da ordem natural do planejamento que era as cidades-satélites virem depois da cidade construída. (COSTA, 1974, p. 21).

Nessa perspectiva, acreditava-se que boa parte da população migrante regressaria. Outros seriam absorvidos em atividades agrícolas nos arredores da cidade. É cabível pensar numa exacerbação do poder do planejamento de Estado, pois na verdade a maior parte desse lastro de população, certamente não considerado nas previsões técnicas oficiais, permaneceu e “fincou raízes”; não retornando ao seu passado falido e cheio de anseios na busca em configurar o grande sonho de esperança idealizado no nascedouro de Brasília.

De caráter contraditório, a falta de planejamento referente à expansão urbana contrasta com a estratégia desenvolvimentista de ocupação dos “vazios” bra-

sileiros, que movia os idealizadores de Brasília em seus discursos de modernizar a nação. Ao que parece, o que verdadeiramente importava era inaugurar a capital como símbolo de um suposto progresso como prática de uma estratégia governamental.

De fato, nas décadas seguintes “o país explodiu e na linha de frente, defrontou-se com o Brasil desconhecido e gigantesco – maior, muito maior do que podiam esperar seus planejadores e até seus governantes” (ORLANDI, 1974, p. 37).

A construção de Brasília representava para todo Brasil um marco desenvolvimentista, a inserção de fato do país no mundo moderno, porém os problemas da cidade também nasceram juntamente a ela, e a segregação espacial se fez realidade para os operários (candangos)² que vieram edificar a cidade, transformando num dos maiores problemas urbanos da capital. Em relato, Lúcio Costa diz:

[...] em volta de cada canteiro de obras havia favelas que envolviam as famílias de operários. Daí a criação dos núcleos periféricos, para transferir as populações, “dando terreno” para que se instalassem de uma forma ou de outra. Como conseqüência, os núcleos se transformaram em verdadeiras cidades, as chamadas cidades-satélites, que tomaram o lugar das Cidades-Satélites que deveriam ocorrer. (COSTA, 1974, p. 26).

2 A segregação como ação de estado

Inicialmente, para melhor referenciar a avaliação, cabe apontar causas contribuidoras que proporcionaram a mudança da capital do Rio de Janeiro para o Centro-Oeste brasileiro, representadas aqui em três correntes: econômica, geopolítica e ideológica.

A primeira corrente dava ênfase ao desenvolvimento econômico do Brasil central. A ideia baseada em que a transferência da capital administrativa para o centro do país alavancaria o desenvolvimento da malha viária, o que representava a interiorização e introdução do fluxo econômico e, naturalmente, o surgimento de novas fronteiras para a expansão do capital nacional e internacional.

² Definição do senso comum dada aos operários, vindos de todas as partes do Brasil, que vieram construir a cidade de Brasília.

Essa premissa se acomodou perfeitamente com o Plano de Metas na gestão de Juscelino Kubitschek, indicando Brasília como símbolo irradiador de desenvolvimento econômico para além da Região Sudeste, encaminhando ao Cerrado, evolução e inserção financeira. JK apresentou Brasília como fato destinado a marcar definitivamente a história do Brasil, pois afinal,

Tratava-se de construir uma cidade que deveria ser tornar a nova e definitiva capital do Brasil. Brasília foi apresentada ainda como a consequência direta de uma análise que compreendia o Brasil de então como nação ainda em formação, subdesenvolvida, apenas localmente industrializada, não tendo efetivamente conquistado seu grande território e desprovida de projeto nacional. Para o governo J. K., portanto, Brasília passou a ser a maneira mais rápida e eficaz de desenvolver o interior, de modernizar e integrar o país, enfim, de corrigir e reordenar o curso de nossa história, num processo logo intitulado “a construção de um novo Brasil”. (OLIVEIRA, 2005, p. 22).

A segunda corrente, de ordem geopolítica, referia-se à questão da segurança da Capital. Justifica-se que, nesse caso, a interiorização daria à sede do governo melhores condições de defesa, “ilustrava-se inclusive, argumentando-se que a maioria das capitais das grandes potências eram cidades de *hinterland*³ (Washington, Moscou, Paris, Londres, Berlim)” (GOUVÊA, 1995, p. 56); justificativa pouco convincente até mesmo para a época, pois o mundo já conhecia os horrores da guerra atômica e o desenvolvimento tecnológico bélico.

Nesse contexto, percebe-se que o argumento de segurança nacional se fez presente na estratégia de convencimento nacional da importância da transferência da Capital, pois significava, de fato, controle político no coração da nacionalidade, permitindo aos homens de Estado uma visão mais ampla do país como um todo.

O discurso geopolítico, muito utilizado na materialização de Brasília, foi claramente voltado para o controle social e para o reforço da dominação. Constituiu um dos pré-requisitos básicos para a transferência da Capital Federal do Rio para Brasília.

As questões de natureza ideológicas – terceira corrente – também tiveram fortes influências na decisão para a construção de Brasília. A mudança da capital

³ Cidades não litorâneas.

para o interior estava relacionada com a ideologia nacionalista que defendia os *projetos nacionais* e/ou, os *interesses nacionais*, levando consigo a simpatia de quase totalidade dos militares e também de grande parte da elite nacional.

Segundo Campos, acrescente-se também, no governo JK:

O caráter “modernizador” ao enfatizar a necessidade do planejamento elegendo Brasília como oportunidade singular para demonstrar à eficácia de se administrar racionalmente as ações de governo, através da previsão e do controle, assumindo, desta forma, a ideologia que, entende o ato de planejar como uma ação eminentemente técnica-científica, ou em outras palavras, neutras. (CAMPOS, 1988, p. 77-78).

Pode-se entender também, como justificativa geopolítica com viés ideológico, para a transferência da capital, a questão populacional. Muito se utilizou do argumento de que o Rio de Janeiro não comportava o *status* de capital por ser “agitada” ao extremo, comprometendo o trabalho governamental que necessitava de serenidade e de paz interior. No Planalto Central haveria mais tranquilidade para governar, também por estar distante de influências estrangeiras; “no Rio de Janeiro ocorreriam “misturas de gentes indistintas”, ao inverso da nova capital, onde o controle das habitações e tipos de bairros deveria ser mais rigoroso” (VESENTINI, 1986, p. 87).

Afastar do povo ou talvez manter o povo afastado, naquele contexto de agitação social da década de 50, foi um argumento geopolítico e ideológico defendido principalmente pelo corpo militar, como mostra Vesentini, citando articulista carioca e defendendo a mudança da Capital:

Há que considerar ainda que a excessiva concentração demográfica nos grandes centros urbanos é instrumento de primeira ordem para provocar graves distúrbios sociais, resultantes de desajustamentos individuais e coletivos, próprios das dificuldades e privações que as aglomerações causam (VESENTINI, 1986, p. 84-85).

Além da justificativa geopolítica, a mística da modernização que envolvia Brasília, símbolo de ‘um novo tempo’, serviu também de base argumentativa para os defensores ufanistas da transferência da capital, instalando um clima em que as críticas e desconfianças levantadas sobre Brasília:

[...] quer fossem os reclamos de trabalhadores das obras de edificação da cidade, quer fossem denúncias parlamentares sobre favorecimento ou outras irregularidades na construção de Brasília, ou ainda quaisquer objeções à transferência da capital federal para o “sertão despovoado”, eram rapidamente consideradas reacionárias em face ao seu caráter “científico” e “técnico”, logo “progressista”, de que se revestia o planejamento da cidade. (VESENTINI, 1986, p. 136-137).

As contradições, motivadoras aos debates sociais, deveriam desaparecer do espaço da nova cidade. “Nada mais apropriado, portanto, para o modelo universalizante econômico que se introduzia do que o urbanismo modernista que influenciou Lúcio Costa na concepção do Plano Piloto de Brasília” (PELUSO, 1998, p. 47).

Na observação dos fatos, no sentido de identificar causas contribuidoras para a criação de Brasília e para a transferência da capital, analisando os contextos econômico, geopolítico e ideológico, é cabível crer que pouco havia de reflexão em direção dos direitos das camadas populares que iriam erguer e materializar o espaço social de Brasília, como se por um “passe de mágica” a ordem e a qualidade de vida surgissem via modernidade.

Vale lembrar que a concepção urbanística de Brasília foi realizada dentro dos princípios modernistas da Carta de Atenas.⁴ Nessa concepção *lecorbusiana*, a cidade e cada residência deveriam ser vistas como “máquinas de morar”. Para o modernismo urbanístico e arquitetônico a cidade

Deve ser animada pelo espírito de geometria, com linhas e ângulos retos, ordem e eficácia, a rua deve ceder seu lugar às vias expressas, adequadas ao automóvel e aos pátios de circulação; o zoneamento contido no plano deve assegurar uma distribuição funcional, que classifique e ordene os espaços – setor de comércio, de diversão, áreas verdes, indústrias, residências padrão A, B, C, etc. (VESENTINI, 1986, p. 157).

Dentro dessa visão se combatia a desordem da cidade tradicional, como se o urbanismo modernista fosse um remédio para sanar situações urbanas caóticas, como se referia o próprio Corbusier, citado por Holston:

⁴ Documento que revela os princípios da arquitetura moderna de 1933.

No dia em que a sociedade contemporânea, atualmente tão enferma, estiver bem consciente de que somente a arquitetura e o planejamento urbano podem fornecer a receita exata para sua doença, então chegará o dia em que a grande máquina será posta em movimento. (HOLSTON, 1982, p. 162).

Na verdade, o discurso modernista se escondendo por trás de um racionalismo sectário, mascarava as suas intenções verdadeiras de instrumentalizar o espaço e inseri-lo na lógica mercadológica a serviço do capital. Veremos a seguir que em Brasília houve um imbricamento perfeito entre os princípios geopolíticos que nortearam a transferência da capital e os preceitos da Carta de Atenas. Estes inspiraram à concepção do projeto de medro da cidade. Tal imbricamento – princípios geopolíticos e preceitos da Carta de Atenas – contribuiu para que Brasília fosse reconhecida em todo mundo como símbolo do urbanismo moderno, a única cidade tombada pela UNESCO por ostentar tais características.

No intuito de identificar as várias fases e estratégias governamentais, faremos uma avaliação da ação planejada na área de habitação, na busca de compreender até que ponto a cidade, como espaço urbano, foi coerente com as premissas que nortearam a transferência da capital do Rio para o Centro-Oeste brasileiro, identificando concomitantemente, práticas segregacionistas e de controle social durante a curta e rica história da Capital Federal.

Fez-se presente, no desenrolar da história de Brasília, uma política de segregação socioespacial, já utilizando o discurso amparado na ordem moderna, traço temporal legitimador da cidade, vivenciada em práticas racionalista-tecnicistas. Como marca indicativa de segregação socioespacial, contribuidora para o problema de moradia do humilde trabalhador, pode-se citar a utilização da obra da EPCT – Estrada Parque Contorno e o PLANIDRO – Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle de Poluição do Distrito Federal, que foca a idéia de que o operariado deveria instalar-se, se não fora do limite do Distrito Federal, ao menos seria distante do seu centro urbano, o Plano Piloto.

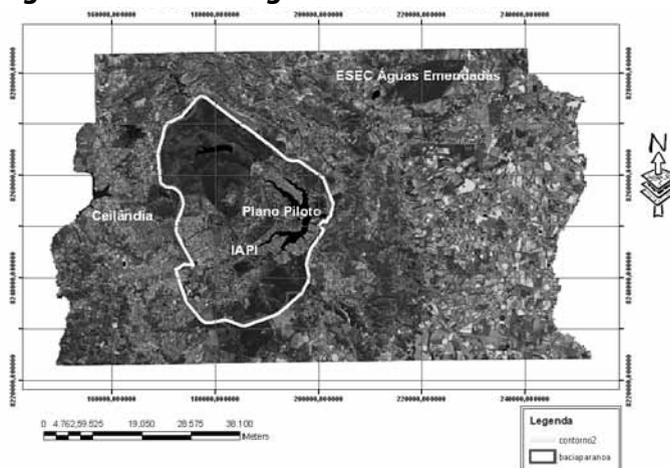
A EPTC - Estrada Parque Contorno, realizada ainda durante a construção da cidade em 1958, foi uma exigência atribuída aos jurados do Plano Piloto de Brasília para o projeto ganhador de Lúcio Costa. Recomendava a realização de uma via circundando toda área de domínio da Bacia Hidrográfica do Paranoá,

com o intuito de cumprir a função de interligar o crescimento futuro da cidade e da população. Assim,

A NOVACAP fez construir uma estrada que percorreria toda a extensão do divisor de águas da sub-bacia do Lago Paranoá. A chamada EPCT constitui-se hoje no anel viário da cidade, sendo referência para quilometragem das rodovias que partem de Brasília. (CARPINTEIRO, 1998).

Tal fato pode ser confirmado também, no trabalho *Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbana: Brasília e Rio de Janeiro, da série Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano*, editado pelo consórcio IPEA/UnB/UFRJ em 2002.

Figura 1 - Divisor de Águas da Bacia do Paranoá e a EPCT



O PLANIDRO – Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da Poluição do Distrito Federal – contido no trabalho citado acima, relata que, em 1970, estava definido o zoneamento sanitário do Distrito Federal e recomendava-se a não ocupação dos terrenos livres localizados na bacia do Paranoá, cujos limites estavam definidos pela EPCT, além de determinado limite populacional já saturado na previsão dos projetos existentes. Acreditava-se que, “ultrapassando tal limite, poderia ocorrer um sério processo de eutrofização ao Lago Paranoá. Essa premissa tornou-se básica para a segregação espacial dos novos centros urbanos a serem criados, pois a EPCT passou a constituir-se o anel sanitário de Brasília (IPEA; UnB; UFRJ, 2002, p. 111).

Vale ressaltar que o discurso tecnicista ambiental e de modernização, envolvendo a construção do anel rodoviário-sanitário da EPCT, contribuiu em grande forma para a retirada de famílias pobres residentes nas proximidades do Plano Piloto, pois por meio de concessões de terras, a NOVACAP absorveu, para o interior do anel, somente famílias representantes das classes média e alta – com a criação não prevista por Lúcio Costa dos Setores de Mansões Lagos Sul e Norte e Park Way – expulsando para bem distante do Plano Piloto as classes populares. Fato que, ainda hoje pode ser observado:

Até mesmo a Cidade Livre, hoje conhecida como Núcleo Bandeirante (que permaneceu dentro desse anel) sofreu modificações do governo local para se “adaptar” ao espaço atual. O setor de mansões Park Way, encostado ao Núcleo Bandeirante, representou nada menos que uma tentativa de impedir o crescimento dessa cidade na forma de uma favela ou de um subúrbio descontrolado. O Park Way materializou-se, assim, no espaço físico como mais um local vendido à classe média. Ceilândia (antiga invasão do IAPI) foi instalada fora desse anel e as três letras do seu nome, CEI, indicam a sigla: Comissão de Erradicação de Invasões.⁵ (CRUZ, 2001, p. 67).

Os apontamentos de práticas de segregação socioespacial promovida pelo Estado nos indicam uma clara força política que se configura numa relação de não socialização entre as classes de Brasília, que acaba por deixar transparecer o forte caráter da desigualdade social típica do Brasil no novíssimo espaço urbano da Capital Federal. Para Buarque, “Brasília é um símbolo deste século que se termina e também um exemplo dos problemas da migração moderna, um caso típico da convivência do moderno com o nomadismo” (BUARQUE, 1997, p. 10).

Nesse contexto, para se referir aos imigrantes em Brasília que tiram do lixo produzido pela modernidade sua sobrevivência, Buarque elabora o neologismo *modernômades*, indicando que:

São produzidos pela modernidade e vivem da modernidade. Vieram para Brasília expulsos pela modernização em suas localidades de origem, atraídos pela modernização que fez a nova capital – mas nela não se integram socialmente, passando a viver do lixo que a modernidade produz. (BUARQUE, 1997, p. 10).

⁵ Em Brasília, as favelas são chamadas pelo governo de “invasões”, transmitindo, na própria denominação, a idéia de transgressão.

A pobreza materializada no espaço urbano de Brasília pode ser analisada como fruto de práticas públicas a fim de preservar os ambientes nobres do adensamento populacional para cidadãos com maiores recursos financeiros, pois:

No espaço finito e fechado do Plano Piloto, envolto por extensas áreas verdes de posse do governo, estava tudo o que era necessário para o bem-estar de seus moradores e para a função de Capital Federal. As mazelas dos grandes centros seriam afastadas dessa cidade burocrática, tranqüila e planejada. Encarregado de não permitir deturpações no Plano, a administração garantiria a equidade, a beleza e a harmonia, atuando neutra e racionalmente. (PELUSO, 1998, p. 48).

Tais práticas, como a EPCT e o PLANIDRO, podem ser vistas como preconceituosas e contribuidoras diretamente para impulsionar a segregação socioespacial vivenciadas em todo Distrito Federal, acarretando enormes prejuízos em qualidade de vida para a sociedade.

O espaço urbano e, conseqüentemente, a habitação constituíram, ao longo dos anos, objeto da ação do Estado, ora se apresentando como controle social ou ideológico da população, ora como agente de privação de direitos dos habitantes desprovidos de posses, agindo sempre sob a lógica do capital. É nesse contexto que analisaremos a política de habitação desenvolvida pelo governo do Distrito Federal na formação do espaço urbano da Capital Federal, em que se objetiva identificar aqui embates complementares e conflitantes, referentes à ótica do planejamento racionalista e aos anseios dos habitantes no decorrer da ocupação espacial de Brasília, visto na pesquisa como práticas sociais do cotidiano.

3 Da construção à inauguração – ações segregacionistas

Com início nos idos de 1956, a etapa da construção da cidade se estendeu até 21 de abril de 1960, data de sua inauguração.

A etapa inicial da construção foi marcada pela grande chamada-convite aos brasileiros para participarem da construção da nova capital do Brasil, retratada como oportunidade em contribuir para o nascer de um novo país. Brasília já simboliza-

va antes mesmo de o primeiro trator rasgar o Cerrado, a capital da esperança e da oportunidade de um Brasil mais moderno e justo. Assim, “houve intenso processo de migração atingindo uma taxa média de 109,88% ao ano, passando a população de 12.700 habitantes em 1957, para 127.000 em 1960” (PAVIANI, 1985, p. 60).

Os trabalhadores que vieram construir Brasília, chamados de candangos, vinham de todas as regiões do país, sobretudo áreas mais injustas e marcadas pela pobreza, representadas pelo Nordeste, Minas Gerais e Goiás. Muitas vezes eram trazidos em caminhões em condições desumanas, superando dificuldades, mas vislumbrados ao grande sonho de vida melhor.

As dificuldades na construção foram muitas e o ritmo das obras foi intenso. O primeiro esforço construtor se concentrou nos primeiros prédios públicos e em algumas quadras residenciais na Asa Sul: 108, 208, 303, 105, 305, 410 e 411.

Também nas proximidades da W3 Sul, 1.520 casas pela Fundação da Casa Popular e 4 conjuntos habitacionais (9% da produção nacional) destinadas em princípio ao trabalhador de menor renda, mas que acabaram ocupadas em sua maioria por funcionários públicos de média renda. (GOUVÊA, 1995, p. 61).

A própria Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP – além das casas construídas pela Fundação da Casa Popular, construiu residências de dois pavimentos destinadas aos funcionários graduados que vieram também, assim como os candangos, para a construção da capital.

Também, os Institutos de Previdência foram responsáveis por grande parte dos convênios firmados entre o Governo e as empreiteiras envolvidas na construção dos blocos residenciais do Plano Piloto, já destinados, em sua maioria, a funcionários públicos graduados. Na análise dos fatos, observa-se que, desde a construção da cidade já ocorria uma:

Selektivização espacial, pois o Plano Piloto, desde o início, caracterizava-se como o espaço urbano destinado ao funcionalismo público federal e à pequena burguesia, enquanto as cidades-satélites eram formadas a partir da pressão exercida pela população migrante dos trabalhadores menos qualificados. (CAMPOS, 1988, p. 81).

Dessa forma, constituiu-se o Plano Piloto como espaço concebido para abrigar classes dominantes.

O período inicial da construção foi marcado por situações de intensa dificuldade para o trabalho braçal dos candangos. A remoção da terra e da vegetação produzindo um pó avermelhado quase sufocante, juntamente ao calor e à baixa umidade do ar da região, além do grande número de acidentes ocasionados pelo trabalho extenuante e pelas pouquíssimas horas de descanso do operário, em conjunto, contribuíram para o desgaste e o desconforto dos trabalhadores diretos da construção civil (Candango), caracterizada como quase desumana, até mesmo pelos apologistas de Brasília. Sobre o assunto, o historiador Ernesto Silva, citado por Souza, acrescenta:

[...] ao lidador da primeira hora de Brasília, não foram permitidos o ócio, a pausa, a vacilação. Daí a dureza das obrigações, quase desumanas, que todos sentiram nos regimes de serviços e na exigência da rapidez e da perfeição da obra. (SOUSA, 1983, p. 34-36).

No período de construção de Brasília, as áreas residenciais se confundiam com os canteiros de obras. Os homens solteiros viviam em alojamentos e as famílias nos acampamentos contíguos ou próximos as obras ou ainda na denominada Cidade Livre – primeiro acampamento operário da capital.

Era clara a distinção entre as moradias destinadas aos técnicos e políticos e aos operários em geral, apesar de todas as casas serem construídas em madeira. Além de facilitar a locomoção, por conta da proximidade das casas, entre patrão, empregado e a obra, cumpriria também a função estratégica em permitir o controle total sobre a vida privada dos trabalhadores humildes, controlando-os sempre de muito perto.

Apesar dos fatos, a construção de Brasília tenta passar, sobretudo na maioria da literatura produzida, que nesse período predominava um clima de igualdade e fraternidade entre os que participaram da construção, consolidando uma visão romântica e vitoriosa no nascimento da nova capital brasileira. Citando Sodré, Ventsini relata que:

Os trabalhadores, vindos de todos os cantos do País, num movimento semelhante à corrida do ouro na Califórnia e no Alasca, tornaram-se autênticos heróis, foram logo conquistados por esse espírito de luta e de solidariedade e os empreiteiros das obras aderiram ao ritmo fabril de trabalho, atendendo às exigências de prazos, esforços

que permitiriam, por exemplo, a construção do Palácio da Alvorada em doze meses [...]. O entusiasmo a todos empolgava, sentiam que colaboravam numa obra grandiosa e podiam, assim enfrentar as dificuldades materiais e humanas e a campanha desatinada dos inconformados. Desse devotamento ao trabalho e desse entusiasmo resultaria um clima de união e amizade logo estabelecido: à noite os amigos se reuniam para conversar e batucar em guitarras e bandolins ou mesmo em copos e garrafas [...]. Ao amanhecer, os passarinhos enchiam o ar com seus cantos, chamando ao trabalho. Esse ambiente será lembrado por Niemeyer, passados anos: “estávamos naquele afã de construir. Era todo mundo vestindo igual, comendo nos mesmos lugares. Esquecemos qual era a vida que a gente teria que levar depois”. (VESENTINI, 1986, p. 111-112).

Para os candangos, a esperança em busca da melhoria na qualidade de vida, a cada dia que se aproximava da inauguração da cidade, ia se distanciando, pois já se percebia que a cidade que construíram não era para lhes pertencer.

As diferenças existentes, referentes ao reconhecimento quanto ao trabalho do candango e dos técnicos e políticos, são enormes, como já relatado. Enquanto o corpo tecnocrático – arquitetos, pesquisadores e políticos – foi exaltado e acolhido nos melhores ambientes da cidade, os operários humildes, que na realidade deram seu sangue para construir a cidade, foram removidos para as distantes Cidades Satélites, logo após a conclusão das obras as quais estavam engajados no Plano Piloto.

O processo de remoção inicial se deu antes mesmo da inauguração de Brasília, no ano de 1958 com a retirada dos moradores da favela Sara Kubitschek, localizada ao longo da Rodovia Brasília-Anápolis, para a recém criada Cidade Satélite, denominada Taguatinga, seguindo essa lógica de remoção durante toda década de 60 e intensificando sua ação na década seguinte à inauguração da Capital Federal, como veremos a seguir.

4 A erradicação como prática ordenadora

[...] o melhor lugar do mundo é aqui, e agora!

Gilberto Gil

Como já é sabido, antes mesmo de a cidade ser inaugurada, já ocorria o processo de desativação e remoção dos acampamentos de obras e a erradicação de

favelas nas proximidades do Plano Piloto, respondendo à política de proteção da Bacia do Paranoá, conforme exigência do PLANIDRO. Os candangos foram então transferidos para as recém-criadas cidades-satélites de Sobradinho e Gama no início da década de 60 e para expansões de pequenos núcleos urbanos já existentes em Taguatinga, inaugurada em 1958. Como marco delimitador de pressões demográficas e ambientais, o contorno demarcatório de limite de ocupação foi explicitado pela EPCT (Estrada Parque Contorno). As cidades pré-Brasília - Brazlândia e Planaltina - incorporadas aos fluxos da nova capital, também receberam contingente de candangos transferidos.

Também na década de 60, precisamente em 1961, o Núcleo Bandeirante foi criado, substituindo o histórico assentamento candango denominado de Cidade Livre. Tal fato pode ser caracterizado de grande expressão, pois a criação desta Cidade Satélite, dentro do limite da EPCT, próxima ao Plano Piloto, se deu pela força da mobilização popular, particularmente dos comerciantes do local. Outro fator a ser levado em consideração como fator complicador para a remoção da Cidade Livre, no qual contribuiu para a fixação dos moradores humildes, estava em sua elevada densidade populacional, já vinculada e ambientada naquele espaço.

O nascimento da cidade-satélite Núcleo Bandeirante se constitui então, num exemplo pioneiro, em que o embate entre o planejamento racionalista articula de forma complementar com as práticas sociais do cotidiano - o espaço vivido. De grande importância histórica e social, a formação da cidade-satélite Núcleo Bandeirante representou o primeiro “diálogo” entre detentores do poder técnico e os anseios sociais, em que forças populares prevaleceram à poderosa máquina estatal na construção de Brasília, vencendo preconceitos e pressões.

Já no final da década de 60, iniciando a de 70, num segundo momento da remoção de assentamentos e favelas, o Estado retira das proximidades do Plano Piloto os remanescentes candangos, transferindo-os para as cidades satélites já criadas e também para o núcleo provisório denominado de Vila IAPI, às bordas do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira - HJKO - próximo ao Núcleo Bandeirante. A Vila IAPI, de forma particularizada, mostra-se com um recorte espacial bastante ilustrativo, pois se percebe, em sua trajetória, os embates entre o planejamento racionalista na configuração do espaço urbano de Brasília e as ações que presidem as práticas sociais cotidianas, apresentando-se, ora de forma conflitante, ora de forma complementar.

De fato, a Vila IAPI nos oportuniza identificar ações diretas dos órgãos planejadores, em que o Estado agiu de forma autoritária e truculenta, satisfazendo basicamente as exigências e necessidades do mercado imobiliário e da pequena elite local. Houve a retirada dos moradores de áreas de grande interesse imobiliário, localizado dentro do limite demarcatório representado pela EPCT.

O Estado pouco se importou com a qualidade de vida dos moradores favelados, sendo os mesmos taxados pelos agentes governamentais, como invasores. O intuito de desqualificar e deslegitimar resistências em busca da fixação dos “invasores” em áreas abastecidas pelo mobiliário urbano e próximo ao Plano Piloto era claro. Tal fato nos leva a acreditar que, manter os favelados no IAPI facilitaria a inserção social desses cidadãos de baixa renda.

Utilizando da argumentação de organização espacial e ambiental da nova Capital Federal, o governo cria, num primeiro momento a Vila IAPI para “proteger” o centro urbano (Plano Piloto) do adensamento populacional. Moradores “invasores” do Plano Piloto foram então conduzidos para a denominada Vila IAPI, localizada cerca de 15 quilômetros de distância, próxima à antiga Cidade Livre.

Em pouco tempo, outras pequenas vilas-favelas foram se aglomerando à Vila IAPI, formando o que chamamos de complexo IAPI, sendo a maior favela concebida na Capital Federal. Esse fato passou a fazer parte das preocupações do governo, que conduziu um plano de retirada dos favelados para uma área ainda mais distante do Plano Piloto, a nova cidade satélite de Ceilândia, cujo nome deriva da sigla C.E.I. – Campanha de Erradicação de Invasões. Assim, essa população favelada se distanciaria e também as parcas possibilidades de melhoria de qualidade de vida dela. Segundo Gouvêa:

A erradicação da Vila do IAPI se constitui no exemplo mais marcante deste período devido à forma como se processou a sua remoção, bem como à sua dimensão. Composta de 12.000 barracos, com uma população de 82.000 pessoas, foi removida contra a vontade de seus moradores para um local sem infra-estrutura urbana ou comunitária, localizado cerca de 30 km do Plano Piloto. (GOUVÊA, 1995, p. 67-68).

Figura 2 - Complexo IAPI 1969

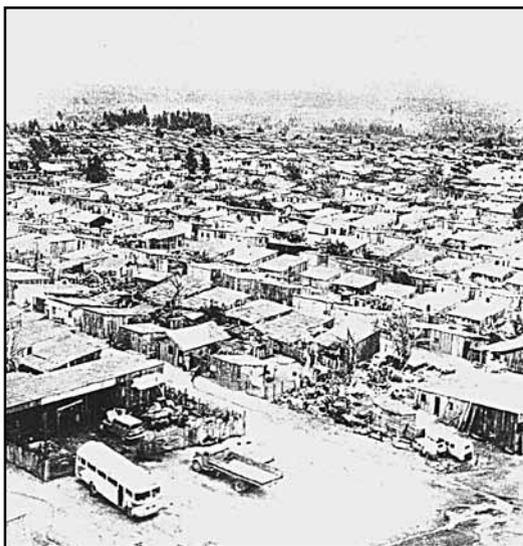


Foto: Aldo Paviani

É interessante ressaltar que a Vila IAPI apresentava características apropriadas para uma vida social comunitária. O seu traçado proporcionava aos moradores o encontro e o contato. A disposição e espaçamento dos barracos seguiam uma lógica igualitária, a área era generosa em arborização e sombreamento, apresentando certa bucolidade das cidades jardins modernas. De farta disponibilidade hídrica, contribuía além da resolução das necessidades básicas e higienização local, para dinamizar a economia, e lazer das crianças e adultos. Era comum os favelados se ajudarem pela representação cultural da cidade ou região de origem ou ainda pela relação de parentesco existente, facilitando a convivência comunitária. Além, é claro, da localização próxima, em contato viário direto com o Núcleo Bandeirante, o Guará, Candangolândia e com o Plano Piloto. Em forma de Cordel, moradores retrataram suas impressões ao ambiente da Vila:

Na Vila do IAPI tinha uma feira engraçada
Vendia quase de tudo numa bagunça danada
Saía até discussão do empregado com o patrão
Só por causa da bolada.
A água tinha na mina, vários poços derramando
Água pura e cristalina [...] gente jovem dançando.
Em parte a vida era boa pra todos os habitantes

Uns ficavam à toa, outros trabalhavam bastante.
Ninguém reclamava nada, ninguém tinha desgosto
Ninguém na sua morada pagava um só imposto.

Os próprios agentes governamentais envolvidos no plano de erradicação da Vila reconheciam as suas boas características socioespaciais. “Ela (IAPI) apresentava ruas bem traçadas, lotes cercados e em alguns setores um processo espontâneo de fixação, uma verdadeira comunidade de vivência e serviço” (BASTOS, 1979, p. 3).

Figura 3 - Espaçamento de rua na Vila IAPI (1971)



Foto: Aldo Paviani

Figura 4 - Comércio e cotidiano da Vila IAPI (1970)



Foto: Aldo Paviani

Apesar de o Governo reconhecer as características positivas urbanísticas e comunitárias da Vila IAPI, a política de remoção e erradicação justificava sua prática baseada apenas em argumentos técnicos que atribuíam à “invasão” as exigências do PLANIDRO referente à contaminação dos córregos próximos e conseqüentemente à poluição do Lago Paranoá e sua Bacia.

Seguindo a linha argumentativa utilizada pelos erradicacionistas,⁶ é importante ressaltar que em seus discursos explicitavam, sobretudo, a preocupação com o bem estar dos favelados. A estratégia utilizada pelo governo tinha como objetivo claro convencer os “invasores” dos benefícios que a erradicação provocaria em suas vidas. A explicação governamental ressaltava basicamente que:

As invasões se localizavam dentro do anel de Segurança Sanitária, o que era uma ameaça à saúde, tanto da população favelada, como de todo o Distrito Federal. [...] Todas as favelas estavam próximas à Cidade Livre. E a maior delas é a do IAPI. Os problemas sociais eram ali concentrados: mendicância, delinqüência, prostituição, criminalidade, menores abandonados, doenças contagiosas, etc. [...] E assim, as chamadas “invasões” do Distrito Federal, constituíam um rótulo negro na história e na beleza de Brasília [...] Era a marginalização social de uma população bem intencionada. (BASTOS, 1979, p. 14).

Também respondia à decisão de eliminação da Vila e às exigências e recomendações do Plano Diretor de Brasília, elaborado pelo urbanista criador da cidade, afirmando que:

Deve-se impedir a enquistação de favelas, tanto na periferia urbana, quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP -, promover, dentro do esquema proposto, acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população. (COSTA, 1974, p. 26).

É bastante representativa a expressão usada por Lúcio Costa, “acomodações decentes e econômicas”, pois clareia a intenção real do Governo em se criar núcleos residenciais de qualidade inferior ao do Plano Piloto para servir a população de baixa renda. Assim como leva-nos a entender que o discurso de proteção ambiental, levantado pelo Governo por meio do PLANIDRO, pode ser compreendido como preconceituoso e contribuidor para a segregação espacial no Distrito Federal, já que o mesmo espaço - protegido do aden-

⁶ Termo utilizado pelo autor da pesquisa para identificar os defensores e envolvidos diretamente com o governo de Brasília no processo de remoção e erradicação de favelas na década de 1970.

samento do pobre - serviu muito bem para acomodação de populações de renda média e alta, posteriormente.

Assim como ocorreu na vizinha Cidade Livre, tentativas de organização de resistências à não erradicação foram fracassadas. Talvez pelo peso de serem tachados como “invasores” e/ou mesmo pela promessa de serem assistidos e beneficiados de fato, com a transferência da ilegalidade para a legalidade. Ainda assim, grande parte dos favelados via com muita desconfiança o desejo do governo em remover sua moradia. “Alegavam que o local para onde iam era longe do trabalho, era cerrado, que iam distanciar da vizinhança que eles tinham na Vila e que se desmontasse o barraco, as tábuas eram velhas e depois da remontagem, não daria para fazer outro do mesmo tamanho” (BASTOS, 1979, p. 18).

A Campanha de Erradicação de Invasões – CEI – agiu rapidamente e, justificando a natureza da modernidade que envolvia a formação de Brasília, negou a estratégia tradicional de erradicação já utilizada em São Paulo e Rio de Janeiro. Para o Governo, a melhor estratégia “seria dar o lote ao morador, com mínimas condições de infra-estrutura, para ele aos poucos ir integrando-se ao meio social” (BASTOS, 1979, p. 18).

Vale ressaltar a tentativa governamental em conduzir em Brasília um processo de remoção diferenciado das práticas oficializadas pelo Estado brasileiro, indicando uma tentativa de mudança aos modelos de cidade “arcaicos”. Pode ser compreendido como uma forma de manter fidelidade aos preceitos modernos envoltos na formação da cidade, mas também, aparentemente, disposta a contribuir em melhorias sociais ao favelado. Relata Bastos que:

A Comissão procurou também afastar-se da concepção técnica ligada meramente aos aspectos físicos e urbanísticos. O desfavelamento foi visto não como um problema estético, mas como um problema humano e que, portanto, merecia solução também humana. (GDF, 1986, p. 07).

Tal fato nos permite refletir que o processo de erradicação sob os olhos do Governo realmente poderia ser a estratégia ideal para contribuir de fato, na busca de melhorias para a população sofrida que veio erguer a Capital do País e ao mesmo tempo, responder às pressões e aos anseios imobiliários de valorização do espaço próximo ao Plano Piloto de Brasília.

Assim, a prática de desfavelamento adotado no processo de formação do espaço urbano de Brasília representava o que se vivenciava politicamente em toda nação, em que a imposição dos representantes políticos direcionava os rumos do espaço, por meio de méto-

dos modernizantes, sem ao menos discutir e debater com os maiores interessados no assunto, que é a sociedade somada a seus desejos. Dessa forma, o Governo não mediu esforços para atingir seu objetivo de remoção:

Iniciou-se então um trabalho de preparação da população para transferência através de líderes naturais, das escolas, igrejas, instituições orientadas por Assistentes Sociais. Este trabalho constou de reuniões com as lideranças e população em geral, cartazes, folhetos e visitas a nova área, com todas as informações sobre a futura cidade. (BASTOS, 1979, p. 18).

A lógica de valorização dos espaços nobres retirando favelas seguiu com a implantação de vários loteamentos distantes do centro urbano detentor de empregos. O governo utiliza como estratégia de convencimento ao morador favelado os supostos benefícios do seu novo ambiente. “Houve aviso que ninguém ficasse assustado, que a área era definitiva. Prometiam água, luz e esgoto. Quando cheguei, o beneficiamento que tinha era só os marcos de torninhos marcando 25 x 10m²”. “Foi um verdadeiro fracasso, onde nós passamos até necessidade” (depoimento da comunidade removida, 1986, p. 11-12). Ao contrário do prometido, a política de erradicação de invasões se revelou bastante negativa para os removidos, principalmente, no ponto de vista social, ambiental e espacial. Fato reconhecido até mesmo pelos erradicacionistas: [...] “As ‘invasões’ tinham sentido para as famílias faveladas. Deixar um local onde viveu por vários anos foi difícil, mas a idéia do lote próprio falou mais alto” (GDF, 1986, p. 9).

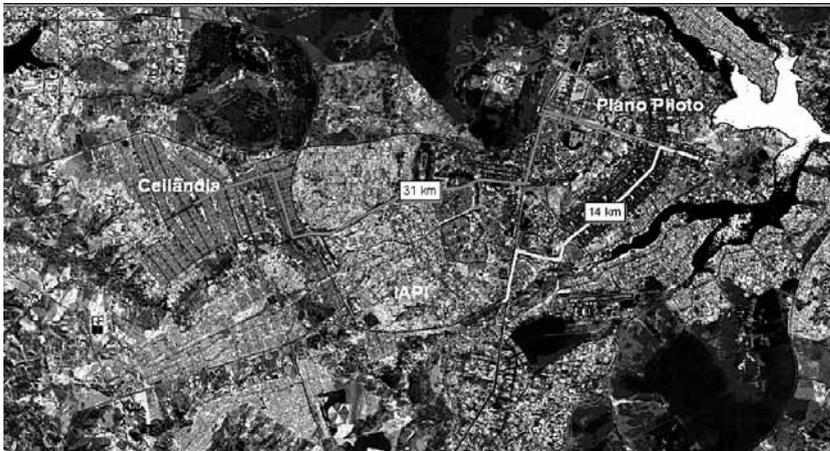
Figura 5 - Segregação socioespacial – Ceilândia 1971



Foto: Aldo Paviani

No que se refere à questão social, a mudança da Vila IAPI para a Ceilândia ocasionou significativa redução de renda nas famílias. Por ser muito distante do Plano Piloto, a locomoção ficava mais cara para o centro ofertador de serviços. Muitas mulheres trabalhavam como domésticas ou lavavam roupas para as Cidades Satélites mais estruturadas e próximas, como Guará, Núcleo Bandeirante e para o próprio Plano Piloto, acrescentando substancialmente no rendimento básico de suas famílias. Para os chefes de família, também piorou muito a transferência da Vila IAPI, pois quase todos exerciam atividades na construção civil, jardinagens e etc., mas a distância e os elevados custos dos transportes contribuíram para que estes trabalhadores não chegassem mais ao centro urbano planejado que ofertava os serviços que eles executavam, de mão-de-obra barata. As dificuldades foram muitas com a transferência do Governo para a Ceilândia, diz Gouvêa: “Esclarece-se que, no caso da mulher, a atividade de lavar roupa, consistia numa profissão das mais usuais entre as pessoas da antiga Vila, que não podia ser exercida na Ceilândia, nos primeiros tempos, devido à falta de água” (GOUVÊA, 1995, p. 69).

Figura 6 - Percurso do Complexo IAPI e Ceilândia até Rodoviária do Plano Piloto (2000)



Além dos críticos à transferência, o próprio Governo via com certa perplexidade o recorte espacial destinado aos favelados transferidos e o quanto seria difícil a eles a vida num ambiente isolado e carente de tudo, em que nem mesmo a infra-estrutura básica prometida se fez verdade. Assim, prossegue a primeira ad-

ministradora da Ceilândia, manifestando um discurso contraditório, diferente das promessas de convencimento aos favelados para a remoção:

Amanhecer em um local onde não existia uma única árvore [as Vilas eram cheias de sombra], erguer um barraco onde não havia uma única torneira d'água e nem cisterna; relacionar-se com vizinhos até certo ponto estranhos, realmente eram atitudes sobre-humanas. (GDF, 1986, p. 11).

E prossegue ressaltando a dura realidade do transferido, evidenciada na falta de perspectiva que se instalou nos favelados por encontrarem no novo local, escolhido pelo Governo, total isolamento espacial e social e decadência real de sua qualidade de vida, sendo estes, combustíveis ideais para impulsionar delinquência e violência na novíssima cidade-satélite de Ceilândia: “Na falta de infraestrutura os moradores amargaram durante muitos anos a acumulação de lixo sem fim nas ruas e nas áreas especiais. Algumas pessoas aproveitavam dele para sobreviver. Enquanto isso, as mulheres improvisavam tanques para lavar suas roupas (GDF, 1986, p. 57).

A expressiva queda na qualidade de vida da população removida da Vila IAPI para a Ceilândia se deu também pela redução drástica da renda familiar por acentuar completa dependência – da população – aos locais estruturados com o mobiliário urbano. Ao mesmo tempo, saltava na nova cidade-satélite os índices degradantes de violência, alcoolismo, prostituição, tráfico e desesperança. Como consequência, em menos de dez anos a Cidade Satélite criada para resolver os graves problemas sociais das Vilas-Invasões, se destacou com “o maior índice de criminalidade de todo o Distrito Federal” (BASTOS, 1979, p. 32), sendo considerada, até hoje, como uma das Regiões Administrativas⁵ mais violentas do espaço urbano de Brasília.

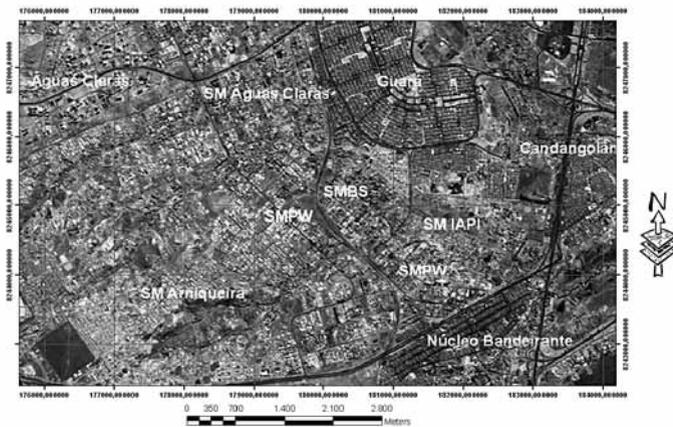
Em síntese, vê-se que em Brasília:

Desde o início da implantação da cidade, as favelas são banidas do espaço urbano, são deslocadas no território e desmembradas em novos assentamentos promovidos pelo poder público na periferia. As que resistem são recentes aglomerados de pessoas pobres sem tempo de se estruturar em uma comunidade. Por outro lado, no local para onde são transferidos compulsoriamente assentamentos urbanos informais, sem função urbana definida (a não ser de moradia dos pobres), sem infra-estruturas, sem a presença

do Estado, sem trabalho, onde todos estão há pouco tempo, onde ninguém conhece ninguém, onde inexistem relações de vizinhança e parentesco; a provisoriedade dos moradores e o remanejamento compulsório das pessoas impedem que se formem laços de solidariedade e de coesão social. Esses locais são uma porta aberta à penetração de criminosos, que se escondem no anonimato e na invisibilidade da população excluída. (FERREIRA; PENNA, 2005, p. 80).

Mesmo com os problemas em evidência, a política de remoção de favelas continuou de forma autoritária, contribuindo para a fragmentação social e perda de qualidade de vida dos favelados. A grande campanha de Erradicação de Invasões – CEI – somente entre 70 e 76, “erradicou aproximadamente 118.453 pessoas de favelas e áreas do Plano Piloto” (GOUVÊA, 1995, p. 71). Faz-nos crer no quanto o planejamento racionalista atrelado à acumulação capitalista, via mercado imobiliário, pouco se importou com os anseios e sonhos da população de baixa renda designada como invasora, focada na pesquisa na maior favela da etapa inicial da formação do espaço urbano da Capital Federal – o complexo IAPI - e contribuindo assim, para a degradação socioespacial que hoje está evidenciada por toda a cidade, sobretudo nas Cidades Satélites.

Figura 7 - Configuração Atual do Espaço Referencial Empírico



Tal análise nos leva a suspeitar que os argumentos ambientais de proteção da Baía do Paranoá valeram como suporte para o discurso enganador, na tenta-

tiva de justificar a erradicação e valorização de área nobre, pois o mesmo espaço de remoção seria ocupado, pouco tempo depois, com moradias voltadas para a classe média e alta (Setor de Mansões *Park Way*, Guará II e diversos condomínios, inclusive o novíssimo Setor de Mansões IAPI). Cabe ressaltar que, a proteção da Bacia do Paranoá era sustentada pelo PLANIDRO, que visava proteger a saúde da população do Distrito Federal.

Será que apenas a população de baixa renda – favelada – polui e degrada a Bacia do Paranoá?

5 Considerações finais

As cidades são traçadas de forma a representar concepções de mundo e poder, verdadeiros conjuntos de representações em tempos e espaços diversos. Por outro lado, os lugares transmudam-se em novos fluxos e redes simbólicas, segundo as funções assumidas pela cidade.

O planejamento urbano brasileiro ainda se ressentia da ausência de paradigmas adequados que levem em conta não apenas a sua concepção tecnicista e instrumental de intervenção racional no espaço, mas que considerem esse espaço como uma totalidade viva, dinâmica e composta de agentes sociais diversos que também nele interferem. Nesse sentido, é necessário extrapolar os limites tecnicistas e aproximar o planejamento ainda mais de esferas políticas e de outras que atuam na configuração do espaço urbano, como as perspectivas de ocupação e de moradia da população de baixa renda.

No sentido de identificar e analisar os elementos da modernidade constantes no projeto de Brasília e, também no sentido de analisar as projeções imaginárias de seus habitantes, identificou-se a historiografia da “invasão” do IAPI como espaço de conflito entre as relações que se estabelecem no enlace do planejamento idealizado e o real vivenciado na trajetória de implantação e no desenvolver da cidade.

Dessa forma, buscou-se estudar as marcas no tempo e no espaço, junto ao processo de formação do espaço urbano de Brasília, ilustrada pelo caso da Vila IAPI, tendo como amparo a interligação dos fatos ocorridos em esfera global (modernidade), atingindo o local, respondendo sempre à lógica mercadológica.

A Vila IAPI nos oportuniza identificar ações diretas dos órgãos planejadores e sua política de erradicação de favelas, satisfazendo às exigências e necessidades do mercado imobiliário. Ações essas que contribuíram para a degradação socioespacial da população de baixa renda, no processo de formação urbana de Brasília.

The formation of Brasilia's urban space through the eradication's view of shanty towns

Abstract

The eradication of Vila IAPI provides us a relevant contribution to the understanding of the urban and territorial dynamic of the capital. The research identifies marks, tracks and signs in the historiography of the city through the spatial cut defined as VILA IAPI. It makes possible to perceive the oppositions between rationalist and functionalist planning fruit of the modernity advent and the current social practices. The proposed work presents with the aim to contribute by means of recovering an important historical fact in Brasilia, for a better understanding of the ground process of the urban space in Brasilia.

Keywords: Urban Space. The current social practices. Modernity.

Referências

- BASTOS, M. L. Abadia. *Ceilândia: a cidade... o homem... o trabalho comunitário*. Brasília: FEDE, 1979.
- BUARQUE, Cristovam. A diáspora da modernidade (Prefácio). In: BUSRZTYN, Marcel. *Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: CODEPLAN, 1997. p. 11-18.
- CAMPOS, Neio Lúcio. *A produção da segregação residencial em cidade planejada*. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 1988.
- CARPINTERO, Antônio Carlos. *Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998*. Tese (Doutorado)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

COSTA, Lúcio. *Registro de uma vivência*. Brasília: UnB, 1995.

_____. *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Brasília: Codeplan, DEPHA, 1991.

_____. Considerações em torno do plano piloto de Brasília. Brasília. In: I SEMINÁRIO DE ESTUDOS URBANOS DE BRASÍLIA. [Documento]. Comissão do DF: Gráfica do Senado Federal, 1974.

CRUZ, Natália M. Inclusão e exclusão na nova capital. *Revista Brasiliense de Pós-graduação em Ciências Sociais*, Brasília, ano v, p. 79-97, 2001.

GDF. *Ceilândia: nasce uma cidade*. Brasília: Eixo, 1986. Publicação do Governo José Ornellas.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. *Brasília: a capital da segregação e do controle social - uma avaliação da ação governamental na área da habitação*. São Paulo: Annablume, 1995.

GUEDES, Joaquim. Por uma nova cidade. *Revista AU*, São Paulo, Ano I, n. 2, p. 79-80, abr. 1985.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2001.

HOUSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. A linguagem das ruas: o discurso político em dois modelos de Urbanismo. In: ANUÁRIO antropológico – 80. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, [1981].

IPEA; UNB; UFRJ. *Instrumentos de gestão urbana: Brasília e Rio de Janeiro*. Brasília: IPEA, 2002. (Série Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano, v. 3).

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. *Por que construir Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch, 1974.

OLIVEIRA, Márcio de. *Brasília: o mito da trajetória da nação*. Brasília: Pararelo 15, 2005.

ORLANDI, Geraldo Roberto. Brasília: confronto entre o planejamento urbano original e a realidade de hoje, perspectivas para o futuro. In: BRASIL. Senado Federal. Comissão para o DF. *Seminário de estudos dos problemas urbanos de Brasília: estudos e debates*. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1974.

PAVIANI, Aldo (Org). *A metrópole terciária*: Brasília, ideologia e realidade/espço urbano em questão. São Paulo: CNPq, 1985.

PELUSO, Marília Luiza. *O morar na constituição subjetiva do espaço urbano*: as representações sociais da moradia na cidade satélite de Samambaia/DF. Tese (Doutorado)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. São Paulo, 1998.

PENNA, Nelba Azevedo; FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. Território da violência. In: PAVIANI, Aldo; FERREIRA, Ignez; BARRETO, Frederico Flóscolo Pinheiro. (Org.). *Brasília*: dimensões da violência urbana. Brasília: UnB, 2005.

SOUSA, Nair Bicalho. *Construtores de Brasília*: estudo de operários e sua participação política. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

VESENTINI, José William. *A capital da geopolítica*. São Paulo: Ática, 1986.